

A FACE INTERSECCIONAL DA REPRESENTAÇÃO: DIÁLOGOS ENTRE STUART HALL E O FEMINISMO NEGRO

Vinícius do Carmo¹
Regiane Lucas de Oliveira Garcêz²

RESUMO:

Este trabalho de cunho teórico tem como objetivo discutir como o paradigma interseccional pode contribuir para os estudos comunicacionais ancorados no conceito de representação desenvolvido por Stuart Hall. O conceito de interseccionalidade representacional (Carrera, 2021) apresenta-se como ponto de contato entre as duas matrizes de pensamento. Conclui-se que a aproximação entre as perspectivas pode contribuir para a) o não reducionismo dos fenômenos sociais às estruturas econômicas ou às estruturas sociais, b) o foco nas relações de poder, c) possibilidades metodológicas para a análise comunicacional, d) a consideração das experiências pessoais no contexto social e cultural onde as representações se constituem, e) a possibilidade das novas representações pós-coloniais. Propõe-se que o pensamento interseccional seja central nos estudos sobre representação, contribuindo na complexificação das representações, ferramenta analítica e práxis-crítica em direção à justiça social.

Palavras-chave: Representação. Feminismo Negro. Interseccionalidade. Stuart Hall. Comunicação

ABSTRACT:

This theoretical work aims to discuss how the intersectional paradigm can contribute to communication studies anchored in the concept of representation developed by Stuart Hall. The concept of representational intersectionality (Carrera, 2021) emerges as a point of convergence between the two frameworks of thought. It is concluded that the convergence of perspectives can contribute to: a) avoiding the reductionism of social phenomena to economic or social structures; b) focusing on power relations; c) providing methodological possibilities for communication analysis; d) considering personal experiences within the social and cultural context where representations are formed; e) opening up possibilities for new post-colonial representations. It is proposed that intersectional thinking be central to studies on representation, contributing to the complexification of representations, serving as an analytical tool, and as a critical praxis towards social justice.

Keywords: Representation. Black Feminism. Intersectionality. Stuart Hall. Communication

RESUMEN:

Este trabajo de índole teórica tiene como objetivo discutir cómo el paradigma interseccional puede contribuir a los estudios comunicacionales anclados en el concepto de representación desarrollado por Stuart Hall. El concepto de interseccionalidad representacional (Carrera, 2021) se presenta como punto de encuentro entre las dos matrices de pensamiento. Se concluye que la aproximación entre las perspectivas puede contribuir a: a) evitar el reduccionismo de los fenómenos sociales a las estructuras económicas o sociales, b) enfocarse en las relaciones de poder, c) ofrecer posibilidades metodológicas para el análisis comunicacional, d) considerar las experiencias personales en el contexto social y cultural donde las representaciones se constituyen, e) abrir la posibilidad de nuevas representaciones poscoloniales. Se propone que el pensamiento interseccional sea central en los estudios sobre representación, contribuyendo a la complejización de las representaciones, como herramienta analítica y praxis crítica hacia la justicia social.

¹ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte - MG. Brasil. docarmoviniccius.rj@gmail.com

² Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte – MG. Brasil. regianelucasgarcez@gmail.com

Palabras clave: Representación. Feminismo Negro. Interseccionalidad. Stuart Hall. Comunicación.

INTRODUÇÃO

Desde a virada cultural³ ocorrida a partir dos anos de 1980, o conceito de representação consolidou-se como um dos tópicos de maior importância e interesse dentro das ciências humanas e sociais e, em particular, nos estudos comunicacionais. Os estudos culturais, especialmente nas produções de seu maior expoente, Stuart Hall, tornaram-se um campo de referência para o tema. Ao estabelecer a representação como peça fundamental do circuito cultural, um novo modo de se pensar cultura e as relações sociais, foi desenvolvido.

Articulado entre ativistas do movimento negro e o universo acadêmico, o termo interseccionalidade vem ganhando destaque e se tornando um projeto epistemológico e metodológico imprescindível para lidar com fenômenos sociais na contemporaneidade. Ao analisar as opressões interligadas que constituem um sistema de dominação, a interseccionalidade tem sido meio importante de diagnósticos e proposições teóricas e de práticas sociais.

Reconhecendo a relevância dos estudos sobre representação dentro do campo da comunicação e as novas possibilidades políticas e teóricas do paradigma interseccional⁴, neste trabalho, buscamos debater qual a importância de se pensar os estudos sobre representação a partir do paradigma interseccional. Desse modo, nos propomos a responder o seguinte questionamento: como o paradigma interseccional pode contribuir para os estudos sobre representação⁵?

Através de uma revisão bibliográfica, construímos um diálogo entre o conceito de representação desenvolvido por Stuart Hall e a literatura sobre o paradigma interseccional, considerando sua perspectiva epistemológica, além de suas dimensões como estratégia analítica e práxis, trazendo-o assim, para o centro dos estudos sobre representação. Nosso argumento é o de que os esforços de Stuart Hall para desenvolver o conceito de representação – capaz de abarcar relações de poder e explicar a estereotipagem racial – revelam importantes características do

³ Conjunto de estudos que inaugura a centralidade da cultura nas ciências humanas e sociais, cuja perspectiva se fia na produção e o compartilhamento de sentidos como condutores das práticas sociais. Nessa perspectiva, é através da cultura e da linguagem que a produção e circulação do sentido ocorre (Hall, 2016).

⁴ Considera-se que a interseccionalidade é um paradigma, muito mais do que uma mera perspectiva, visto que demarca termo teórico e metodológico do Feminismo Negro (Akotirene, 2019). Collins e Bilge (2021) expõem seis ideias centrais da interseccionalidade, podendo elas serem entendidas como estruturas paradigmáticas.

⁵ Reforçamos que neste artigo trabalhamos o conceito de representação desenvolvido nos Estudos Culturais, dentro de uma abordagem sociológica, como parte essencial do circuito cultural, em que significados são produzidos e compartilhados por membros de uma mesma cultura. Apesar de serem conceitos que podem dialogar e associar-se, não temos por objetivo abordar diretamente questões de representação política, desenvolvida pela literatura da Ciência Política, ou questões de representatividade.

pensamento interseccional desenvolvido por pensadoras do feminismo negro. As aproximações entre as duas matrizes de pensamento cotejadas neste estudo são: a) o não reducionismo dos fenômenos sociais às estruturas econômicas ou às estruturas sociais, b) o foco nas relações de poder, c) possibilidades metodológicas para a análise comunicacional, d) a consideração das experiências pessoais no contexto social e cultural onde as representações se constituem, e) a possibilidade das novas representações pós-coloniais. Ao final do artigo discutimos as potencialidades da interseccionalidade como *práxis*.

REPRESENTAÇÃO, ESTEREÓTIPO E A INVENÇÃO DO “OUTRO”

Stuart Hall, após publicar um conjunto de trabalhos no qual localiza a cultura na centralidade dos processos sociais (1980b; 1980c; 1992), propõe refletir sobre o papel fundamental da representação na cultura. No livro *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, de 1997, o autor discute que é por meio da representação que a linguagem produz sentidos. “Representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” (2016 [1997], p.31).

Mediante uma abordagem construtivista da linguagem, em que os significados se constroem nela e por meio dela, a linguagem opera como um sistema representacional, de maneira a permitir que se construa uma cultura de significados e valores compartilhados, que possibilite uma interpretação do mundo de forma semelhante. Esse sistema representacional fornece os meios pelos quais damos sentido ao mundo, sendo estruturante de práticas e condutas sociais, assim como, na construção de identidades e na demarcação da diferença (Hall, 2016). Ao reconhecer esses processos como constitutivos da realidade, o autor amplia perspectivas dentro dos Estudos Culturais, investigando também aspectos dinâmicos de conhecimento e poder envolvidos nas mensagens (Fernandes, 2022).

Hall (2016) dá ênfase à abordagem discursiva dessa dinâmica, não se concentrando apenas em como a representação e a linguagem produzem sentido, mas no caráter político e relacional das representações, em seus efeitos e consequências. Sendo assim, ele mostra a necessidade de se pensar de que maneira os signos e símbolos são utilizados em dado período e local, apontando para como as práticas representacionais operam em uma especificidade histórica concreta.

Para o teórico dos Estudos Culturais, as imagens e símbolos não carregam significados por conta própria ou em si mesmas, elas acumulam e eliminam significado face às outras, quando são lidas em contexto, por meio de uma variedade de mídias e textos. “Todo repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a diferença é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação” (Hall, 2016, p. 150). Baseado em Foucault,

o autor defende que as representações são perpassadas por relações de poder por meio de uma circulação permanente de sentidos através de circuitos, mecanismos e táticas que penetram profundamente na sociedade.

Ao trazer a representação racial no contexto imperial britânico e nas produções culturais estadunidenses do século XX como foco de sua análise, Hall exemplifica como há a construção de variedades de representações e práticas utilizadas como marcadores da diferença racial e significação do “Outro” na cultura popular ocidental (Hall, 2016).

Para Hall, no primeiro momento importante de contato do Ocidente com os negros, a era das grandes navegações, é onde se inicia o estabelecimento de um regime racializado de representação. No encontro com o diverso, o discurso produz por meio de práticas representacionais uma forma racializada de conhecimento do “Outro”, envolvendo nela operações de poder.

Uma das políticas de racialização utilizadas foi a redução da cultura do povo negro à natureza. Através dessa lógica, as diferenças entre negros e brancos seriam naturais, portanto, não poderiam ser alteradas ou modificadas, sendo uma forma de estratégia representacional, visando a fixação da diferença e deter o inevitável “deslizar” do significado, proporcionando o fechamento discursivo (Hall, 2016)

Na construção de seu pensamento, o autor aborda as relações entre representação, diferença e poder, sendo observado que a conexão entre eles se dá na prática da estereotipagem que “reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’” (Hall, 2016, p. 191). Percebemos desse modo, a estereotipagem também como marca da alteridade, o estabelecimento da exclusão, usada como forma de construção do “Outro” (Hall, 2016).

A estereotipagem tem, por tendência, ocorrer onde há grande desigualdade de poder. Desse modo, ela é um instrumento importante como prática de produção de significados para a representação da diferença racial. Ela planta a estratégia de cisão, fixando limites e dividindo o que é o “normal” do “anormal”, estabelece a barreira simbólica entre o que é pertencente e o não pertencente (Hall, 2016).

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*), entre nós e eles (Hall, 2016, p. 192)

As práticas discursivas de um regime racializado de representação fazem com que sujeitos negros sejam postos não apenas como o “Outro”, mas também como “Outridade” (Kilomba, 2019), onde a personificação dos aspectos reprimidos pela sociedade branca torna-se a

personificação do que o sujeito branco não quer ser identificado, “um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão e da sexualidade” (Kilomba, 2019, p. 78).

No que engloba essas práticas, o poder assim opera em condições de relações desiguais, não sendo capturado exclusivamente no campo da força ou coerção, mas também da subjetividade e fantasia, reforçado pelas construções binárias dos movimentos de estereotipagem, onde uma identidade se constrói e reforça em oposição à outra. Há uma hierarquia, aplicada por uma violência simbólica, dirigida contra o grupo subordinado ou excluído (Hall, 2016; Kilomba, 2019).

Ao desenvolver uma análise política da cultura a partir da noção de representação, em que as identidades são pensadas do interior dela, além do destaque de suas contribuições trazerem a dimensão racial e um olhar além da dimensão de classe, historicamente priorizada nos estudos sociológicos, o teórico amplia perspectivas e nos abre oportunidade de diálogos com o pensamento de intelectuais negras e do feminismo negro em seu desenvolvimento para uma abordagem interseccional.

INTERSECCIONALIDADE: APROXIMAÇÕES PARA OS ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÃO

Nos últimos anos o termo interseccionalidade tem ganhado visibilidade, ocupando espaço nas produções científicas, nos debates políticos, na mídia e nos movimentos sociais. Apesar de seu recente florescer, especialmente na literatura acadêmica, sua conceituação e o desenvolvimento de seu pensamento têm fundamentos muito anteriores ao contexto social da última década (Kyrillos, 2020).

Em 1989, Kimberle Crenshaw, munida dessas amplas discussões sobre raça, gênero e classe, cunha o termo interseccionalidade para apontar os múltiplos eixos de subordinação que acometem mulheres negras, e que constituem suas posições sociais. Segundo a autora:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p.177).

Crenshaw desenvolve essa perspectiva como forma de contribuir para compreensão das lacunas do campo jurídico ao não abranger as opressões interligadas na busca pela justiça social. A autora usa a metáfora das avenidas como analogia para a maneira como os vários eixos de poder, raça, etnia, gênero, e classe estruturam os terrenos sociais, políticos e econômicos

(Crenshaw, 2002). Cada um desses eixos constituiria uma avenida identitária, e as encruzilhadas corresponderiam aos pontos de contato estabelecidos entre elas (Fernandes, 2022).

As mulheres racializadas estão frequentemente posicionadas nesse espaço em que as avenidas se cruzam, deixando-as sujeitas a serem atingidas pela movimentação do tráfego de todas elas, “vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2019, p. 63). A metáfora nos ajuda a entender as opressões sofridas por mulheres racializadas como sistemas que se sobrepõem e se entrecruzam em virtude de identidades específicas (Crenshaw, 2002).

Como apontado por Corrêa (2020), Collins (2015) e Kyrillos (2020), a teoria interseccional é construída pela contribuição do pensamento de intelectuais negras norte-americanas e mulheres racializadas em outras partes do mundo, antes mesmo da abordagem desenvolvida por Crenshaw. No Brasil, Lélia Gonzalez considera em sua produção, desde o fim dos anos de 1970, as interconexões entre as dimensões de gênero, raça e classe, com o intuito de abordar as especificidades do racismo e sexismo nas sociedades patriarcais pós-coloniais e a necessidade de elaboração de novas categorias de análises para abarcarem esses e outros marcadores sociais⁶ (Corrêa, 2020).

A interseccionalidade pode ser compreendida como um paradigma dinâmico, amplo e heterogêneo. Em particular, a partir de uma perspectiva comunicacional, Carrera (2021) defende o foco na “interseccionalidade representacional”, uma análise a partir do conceito de interseccionalidade em Crenshaw. A interseccionalidade representacional pode ser entendida como uma análise com foco na construção cultural e os sentidos marginalizantes. “Esses sentidos, inclusive, transcendem o campo midiático e operam no âmbito das relações sociais, até mesmo acadêmicas, que também costumam compor objetos de estudo em comunicação” (Carrera, 2021, p.6).

Desse modo, a percepção da necessidade de complexificação e elaboração de novas categorias de análise como proposta epistêmica direcionada para os estudos de cultura e representação, assim como a atenção dada à interação entre as opressões em estruturas de poder e dominação, nos serve como uma primeira ponte entre o trabalho da representação proposto por Hall e o desenvolvimento do pensamento interseccional.

A primeira característica interseccional da obra de Stuart Hall pode ser entendida pelo não reducionismo dos fenômenos sociais às estruturas econômicas ou às estruturas sociais. Em sua pioneira obra, *Race, articulation and societies structured in dominance* (1980), Hall faz críticas a duas tendências para análise de fenômenos sociais. A primeira, para as análises que

⁶ A categoria político-cultural de amefricanidade é um exemplo de proposta de nova categoria de análise, realizando uma abordagem mais ampla, sobretudo, nas reflexões sobre as contradições do feminismo latino-americano (Gonzalez, 2020).

usam de um reducionismo econômico, no qual, as estruturas econômicas predominam sobre as estruturas sociais de raça e racismo. A segunda tendência seria sociológica, definida como demasiadamente pluralista, onde se atenta para raça e etnia, formadas por estruturas diferentes, nenhuma das quais é redutível uma à outra. O autor afirma a necessidade de pensar efeitos de classe e raça interligados.

Nesse aspecto, as ideias de Hall caminham em congruência com os trabalhos de feministas e intelectuais negras de diferentes origens⁷, que abordaram e têm abordado a necessidade de olharmos para as múltiplas opressões que cruzam as identidades, para além de raça e classe, partindo do mesmo princípio da crítica feita pelo autor.

A interseccionalidade pode fornecer os meios para lidar com os efeitos interligados de desigualdades estruturais, negando a hierarquia de opressões, conforme a analogia das avenidas identitárias: “Errôneo argumentarmos a favor da centralidade do sexismo e do racismo. Já que ambos, adoecedores e tipificados, são cruzados por pontos de vistas em que se interceptam as avenidas identitárias” (Akotirene, 2019, p. 27).

Um segundo aspecto do paradigma interseccional que nos pode ser central nos estudos sobre cultura e representação são as relações de poder. Para Hall, ao analisarmos as representações devemos priorizar as relações de poder nelas construídas e acionadas, observar o modo como elas operam, para que e para quem operam. Desde o aparato institucional e suas tecnologias até as relações mais rotineiras, todos estão inscritos em jogos de poder que sustentam certos tipos de assimetrias. Isso reverbera no sistema representacional, com seus signos e símbolos que compõe a teia discursiva das desigualdades.

A abordagem interseccional de Patricia Hill Collins (2015), desenvolvida em toda sua obra, pode ser um referencial nesse exercício. Para a teórica, “a razão de ser da interseccionalidade reside em sua atenção às relações de poder e desigualdades sociais” (Collins, 2015, p3. Tradução Nossa). Ao explorarmos as representações culturais e midiáticas por essa perspectiva, a questão que se faz relevante é muito mais a investigação de quais projetos e relações de poder aparecem, do que se as identidades e representações ali postas são reais ou falsas. Atentando-nos que as relações de poder envolvendo gênero, classe, raça e outros eixos, não se manifestam como entidades distintas, elas se expressam de forma unificada (Collins, 2015).

A interseccionalidade revela a maneira particular como essas formas distintas de opressões se intersectam em um regime de representação, trabalhando em processo conjunto de produção de injustiça. O conceito matriz de opressão (Collins, 2000) refere-se ao modo como essas opressões interligadas são organizadas. Assim, podemos entender como regimes de

⁷ Cf. Corrêa, L. 2020.

representação e estereótipos agem como parte da construção discursiva e de práticas sociais da matriz de opressão manifestada pelo domínio cultural do poder⁸.

Uma terceira aproximação entre as matrizes de pensamento é a de que ambas oferecem, juntas, importantes possibilidades metodológicas para a análise comunicacional. Dentro da perspectiva da interseccionalidade representacional (Carrera, 2021), uma maneira como a interseccionalidade tem sido bastante acionada é como categoria de análise: “a teoria interseccional, concebida para interpretar as opressões de grupos minorizados, torna-se também um valioso método de análise de objetos comunicacionais, participantes da constituição da cultura em uma sociedade midiaticizada” (Fernandes, 2022).

Partir do paradigma interseccional para pensar a respeito das representações nos move para além de análises binárias ou uni categoriais. Mesmo análises das representações que consideram as múltiplas categorias, porém de maneira separada ou sem ter em conta as relações de poder que nelas se constituem e se mobilizam de maneira mútua, são mais frágeis do que às produzidas por uma abordagem interseccional (Carrera, 2021).

As representações e experiências nelas contidas, não se desenvolvem de maneira fragmentada (Carrera, 2021). A interseccionalidade como ferramenta analítica não se constitui na simples soma das opressões ou na categorização de corpos, objetos e identidades, mas no exame das formações sociais de desigualdade complexa e na consequência das interações entre essas opressões e marcadores sociais.

Se tomarmos como exemplo a análise de uma imagem estereotipada de uma mulher negra, não nos basta reconhecer a operacionalização do machismo e racismo, pois no cruzamento dessas opressões há um novo tipo de relação de poder e dominação em ação. A interseccionalidade não se refere apenas ao multifoco nas opressões construídas e reafirmadas pelas representações, mas ao como a interligação entre elas opera dentro de determinado contexto.

Pela impossibilidade de fixidez, os significados construídos através das representações estão sempre em disputa. A análise interseccional é um meio importante de captura das representações da diferença que se configuram pela estereotipagem como forma de domínio. Segundo Corrêa: “análises que ignoram a produção de ‘Outros’, em uma abordagem interseccional, correm o risco de serem parciais às mesmas perspectivas privilegiadas e dominantes já em campo” (Corrêa, 2020, p.8, Tradução Nossa).

Tendo os estereótipos como instrumentos de redução e essencialização de sujeitos marginalizados, a abordagem interseccional no cerne do olhar para as representações funciona

⁸ Em *Black Feminist Thought* (Collins, 2000) e Interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021) são abordados quatro domínios do poder: estrutural; cultural (hegemônico); disciplinar; e interpessoal. As matrizes de opressão podem operar de formas distintas a depender do contexto, porém, independentemente do modo como os sistemas de opressões interligadas se organizam, os domínios de poder assomam-se.

como estratégia analítica que complexifica a subjetividade desses sujeitos subalternizados, através da compreensão dos eixos de subordinação e seus resultados no modo como estruturas sociais e representações culturais se interconectam (Collins, 2015).

Uma quarta aproximação entre as contribuições de Hall e o paradigma interseccional é a consideração não só do contexto social e cultural onde as representações se constituem, mas no valor das experiências pessoais para a conformação desse contexto. Se o contexto é parte do fator que constitui o processo representacional, as experiências vividas são também reivindicadas nessa dinâmica. Os debates sobre representação muitas vezes têm seu foco na recepção e nas negociações que nela acontecem, assim como na necessidade de reconhecimento das agências dos receptores (hooks, 2019) e no modo como as identidades do público afetam as interpretações.⁹

“Considerando que as formas como as pessoas vão ler/ver/interpretar podem ser diferentes dependendo de sua classe, raça, gênero, etnia, ideologia e assim por diante” (Corrêa, 2020, p.6. Tradução Nossa), a interseccionalidade nos dá ferramentas para compreendermos que as diferenças na forma de recepção também estão presentes a partir da intersecção dessas identidades, seja como opressão ou privilégio.

Isso é exemplificado no modo como bell hooks (2019) parte do pensamento interseccional para analisar a recepção das produções cinematográficas nos Estados Unidos no século XX. No momento em que cineastas negros conquistam espaço na indústria, contestando e criando novas representações do povo afro-americano, a experiência entre homens negros e mulheres negras espectadoras é radicalmente diferente, pois para as mulheres o olhar era marcado pela intersecção entre raça e gênero.

Para além, um desafio que pode ser superado pelo uso da interseccionalidade é a compreensão das subjetividades e identidades dos emissores (Corrêa, 2020) “representações' são feitas por sujeitos, que afetam e são afetados pelo contexto, bem como pelas múltiplas identidades e privilégios (ou opressões) que esses sujeitos podem enfrentar em sua trajetória e cotidiano vidas” (Corrêa, 2020, p.6. Tradução Nossa).

A possibilidade das novas representações pós-coloniais é o quinto aspecto. A interseccionalidade como campo de estudo nasce como um projeto intelectual crítico (Collins, 2015). Esse aspecto do paradigma interseccional ajuda a elaboração de uma perspectiva crítica da representação. Trabalhar as intersecções pode ser um catalisador de novas interpretações sobre a representação, especialmente na construção de contra narrativas pós-coloniais.

⁹ hooks (2019) desenvolve esse argumento apropriando-se das ideias desenvolvidas por Stuart Hall.

Por sua origem e ligação histórica com o feminismo negro, assumimos a interseccionalidade como uma contribuição teórico-crítica¹⁰, em que sua importância também se manifesta no pensar de novas análises para o processo de pesquisa, tensionando e produzindo novos ângulos para teorias e projetos de conhecimento que visam a compreensão de fenômenos sociais.

Essa natureza crítica cria movimentos que interpelam por um desenvolvimento mais amplo nos estudos sobre representação. Mesmo com a atenção dada à interação de opressões no trabalho de Stuart Hall nos Estudos Culturais, principalmente sobre as complexas ligações entre classe, raça, nação e etnia, Collins (2015) aponta que gênero inicialmente não era um tema central nos Estudos Culturais, conseqüentemente, nas análises sobre representações, sendo muitas vezes negligenciado nas pesquisas.

A crítica interseccional e o trabalho de feministas negras, como bell hooks em sua análise sobre representação de gênero na mídia (2019), não só articula esse marcador social junto a outros no centro do debate nos Estudos Culturais, mas convida a necessidade de se pensar as representações e mover todo o campo de estudos para uma direção interseccional.

INTERSECCIONALIDADE COMO PRÁXIS

A noção de representação desenvolvida por Stuart Hall, como perspectiva ativa nos processos de construção da realidade, coloca-a como parte da disputa pelo poder. O trabalho do autor não se limita apenas a sistematizar e explorar práticas representacionais. Na sua indissociabilidade entre produção teórica e política, a representação deve ser usada para questionar sistemas de dominação e para transformação da realidade.

Hall busca na elaboração de seus fundamentos teóricos estratégias para subverter o processo de representação. Sustentado pela argumentação desenvolvida de que o significado nunca poderá ser fixado (Hall, 2016, p. 216) é que se há possibilidade de desafiar um regime dominante de representação.

Reforça-se, assim, a perspectiva crítica ao se analisar as representações, tal qual, a importância da práxis. A práxis refere-se à aplicação prática da teoria ou conhecimento a situações do mundo real, e a práxis-crítica envolve o uso de estruturas teóricas para criticar as injustiças sociais, imaginar alternativas e propor estratégias de ação viáveis para a mudança (Collins, 2015).

Desse modo, podemos recorrer à interseccionalidade como práxis-crítica como forma de nos orientarmos diante da diversidade e complexidade das representações, sem perder a inter-

¹⁰ A concepção do pensamento feminista negro se dá como teoria social crítica, que visa contribuir para a luta das afro-americanas contra as opressões interseccionais. (Collins, 2000).

relação entre teoria e prática. A interseccionalidade não pode ser simplesmente uma heurística para a investigação das representações, mas também uma estratégia de intervenção em busca da justiça social.

A interseccionalidade como práxis-crítica lança luz sobre a realização do trabalho de justiça social. Podemos direcionar o olhar para o modo como é tomado proveito das estruturas interseccionais para guiar a práxis-crítica ao lidar com processo da construção das práticas de desigualdade sociais no domínio cultural do poder (Collins, 2015).

Empregar o pensamento interseccional para produzir diagnósticos que aprofundam o entendimento das interações no interior das dinâmicas de poder que atravessam as representações deve ter como cerne o *ethos* da justiça social¹¹. Conforme afirma Carrera: “reconhecer diferenças é uma das etapas do processo analítico, mas esse reconhecimento se torna a base para o enfrentamento de injustiças e opressões estruturais” (2021, p.5).

A dimensão da práxis-crítica da interseccionalidade está conectada ao *ethos* da justiça social, de modo a pressupor que análises mais abrangentes dos problemas sociais proporcionarão ações sociais mais eficazes. “A interseccionalidade em Comunicação serve, portanto, como um aparato para expor injustiças representacionais e discursivas” (Carrera, 2021, p. 10), frente às opressões existenciais oriundas de práticas representativas de desigualdade, apresentando melhores estruturas e meios de alcance da igualdade social.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen. 2019.
- CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em comunicação. **eCompós**, [S. l.], v. 24, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198/2025>.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. Patricia Hill Collins. 2nd ed ed. Nova York: Routledge, 2000. DOI: 10.1086/229850. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/229850>.
- COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality’s Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**, [S. l.], v. 41, p. 1–20, 2015. DOI: 10.1146/annurev-soc-073014-112142.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

¹¹ A Teoria Crítica da Raça e o Feminismo Negro apresentam grande influência sobre o pensamento interseccional em direção à justiça social. Na aplicação do conceito da interseccionalidade, não se pode negligenciar o *ethos* da justiça social. Segundo Collins: “o *ethos* da justiça social como fundamental para entender e desafiar a desigualdade social” (2015, p.8. Tradução Nossa).

-
- CORRÊA, Laura Guimarães. Intersectionality: A challenge for cultural studies in the 2020s. **International Journal of Cultural Studies**, [S. l.], v. 23, n. 6, p. 823–832, 2020. DOI: 10.1177/1367877920944181.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. DOI: 10.1590/s0104-026x2002000100011.
- FERNANDES, Pablo Moreno. ANÚNCIOS NAS AVENIDAS IDENTITÁRIAS ? Uma proposta de análise interseccional semiótica da publicidade. In: TRABALHO APRESENTADO EM ANAIS DO 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS 2022, Imperatriz. **Anais [...]**. Imperatriz p. 1–26.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. [s.l.] : Zahar, 2020.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016a.
- HALL, Stuart. Race, articulation and societies structured in dominance. In: **United Nations Education, Scientific and Cultural Organization** (ed.) *Sociological Theories: Race and Colonialism*. Paris: UNESCO, 1980a. p. 305–345.
- HALL, Stuart. **Ecoding/Decoding. Culture, Media, Language**. Working Papers in Cultural Studies, 1972-1979. London: Hutchinson. Tradução de Ana Carolina Escosteguy e Francisco Rüdiger. 1980b.
- HALL Stuart. (1980c). **Cultural Studies: two paradigms**. *Media, Culture and Society*. Vol.2, 1980c p. 572.
- HALL, Stuart. The Question of Cultural Identity. In: Hall, David Held, Anthony McGrew (eds), **Modernity and Its Futures**. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 274–316
- hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. DOI: 10.21708/issn2674-6549.v2i2a9252.2020.
- KYRILLOS, Gabriela. M. “Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020.